

Agosto de 1979

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Quarta-feira 22 1617

periodo posterior à data da demissão ou aposentadoria" (§ 2º, art. 2º).

Apresentando o projeto de Anistia, S. Exº o Presidente da República se referiu à garantia do patrimônio de cada um, escopo maior da magnâima proposição. Emocionado, até, recordou dias difíceis de sua família quando da punição de seu ilustre pai por ter pego em armas contra o Governo. Nossa tempo de serviço nas empresas era também um patrimônio de nossa família. E esse patrimônio nos foi negado. *O tempo posterior à data da demissão ou aposentadoria representa punição injusta, baseada em ato sem respaldo de Lei, já que os IPMs foram arquivados por falta de provas.*

O momento é histórico, Senhores Congressistas, e a V. Exº compete responder à Nação se ele é histórico porque realmente se propõe a fazer justiça. Rodney Gomes, Edmo do Valle, Mário Lago, Elias Haddad (Osvaldo Elias), Alfredo de Freitas Dias Gomes (Dias Gomes), Jorge Neves Bastos (Jorge Goulart), Mario Brasini, Iracema Ferreira Maia (Nora Ney), José Palmeira Guimarães, Wanda Lacerda, João Fagundes de Menezes, HAMILCIO José Froes, Penha Marion Pereira (Marion), José Geraldo Luz, Dafílio Machado, Newton Marin da Matta, Antônio Teixeira Filho, João Anastácio Garreta Prates (Jonas Garret), Antônio Ivan Gonzaga de Faria, Fernando Barros da Silva, Francisco de Assis Pires, Severiano do Brasil Manique Junior (Carlos Carriê), Jorge Viana, Paulo Gracioli, Sergio Bica, José Talarico, João de Souza Lima, Adelaide Teixeira (Carmem Lídia), Epaminondas Xavier Gracindo (Gracindo Júnior), Gerdal Renner dos Santos. *In Memoria: José Marques Gomes (Paulo Roberto), Oduvaldo Viana, Heitor dos Prazeres, José Luiz Rodrigues Calazans (Jaráraca), Jairo Argileu do Carmo e Silva, Ovidio Chaves.*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra o Deputado Marcelo Cerqueira.

O SR. MARCELLO CERQUEIRA - (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o projeto de anistia, se aprovado o substitutivo Ernani Satyro, coloca o Congresso Nacional numa situação extremamente difícil. É que a lei que dali adviria irá contemplar, de forma diferente, a mesma situação, isto é, réus de um mesmo processo; uns serão anistiados e outros não. Dessa forma, na medida em que nós, através de uma lei, anistiamos uns e não anistiamos outros, na verdade estamos julgando, e não anistiando. Ou se anistia ou não se anistia; ou se esquece ou não se esquece. A função de absolver uns e condenar outros é do Executivo, não é função do Legislativo. O projeto da anistia não pode discriminar réus de um mesmo processo, anistiando uns e mantendo a condenação de outros. Por isso mesmo o projeto é iníquo, o projeto é mesquinho. Com esse projeto, o Governo objetiva apenas dividir a Oposição, para tentar implementar a face cordial do modelo autoritário. Não demonstra o Governo, com tal projeto, nenhum compromisso, mesmo com as melhores tradições democráticas da nossa Nação e do nosso povo, resgatando-a de 15 anos de autoritarismo e de arbítrio. A anistia é precondição da pacificação nacional. E o seu pré-requisito é um projeto que não exclua nenhum brasileiro, especialmente aqueles que estão em greve de fome, que hoje a Nação sabe que não são terroristas.

O Presidente do Congresso Nacional não visitaria os presos políticos se eles fossem terroristas. Sua visita é eloquente por si mesma, afirma perante este Congresso perante a Nação que os que estão presos são opositores do regime que, em determinadas circunstâncias e por culpa da ditadura, pegaram em armas, como única forma de manifestar a sua inconformidade com o regime arbitrário. Não são terroristas, são opositores do regime, e opositores do regime que manifestam à Nação a sua inconformidade com esse projeto odioso, discriminador, mesquinho, menor. E a forma que encontraram de manifestar sua inconformidade foi a greve de fome, greve que hoje é vitoriosa, porque a Nação reconhece o valor desses jovens, reconhece a sua força espiritual ao manterem uma greve que é um sacrifício pessoal, mas uma greve que demonstra à Nação que eles querem participar. Não é uma greve de pressão ao Congresso, embora seja legítima a pressão ao Congresso. Pressão que não é legítima é a pressão da baioneta. A pressão do povo neste Congresso eleito pelo voto popular, esta é uma pressão legítima. Mas eles não fazem assim. Eles fazem greve de fome porque querem participar, como participa a Nação, em defesa de uma anistia ampla, geral e irrestrita, que restabeleça neste País a convivência nacional, que permita que este País se pacifique; não como quer o Governo, um projeto para dividir a Oposição, mas um projeto que restabeleça neste País o mínimo de convivência. E a precondição dessa pacificação é a imediata libertação dos presos políticos. Este Congresso assu-

mirá a sua responsabilidade perante a Nação, senão com esta lei, com a Emenda Djalma Marinho, de libertar imediatamente os presos políticos que não são terroristas. A mentira do Governo não se susteve. A Nação hoje sabe que eles são opositores do regime. Uma anistia, qualquer anistia, começa pela libertação dos presos políticos, não pela humilhação dos vencidos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 20 de agosto de 1979

Sr. Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exº, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Helvídio Nunes, pelo nobre Sr. Senador Alberto Silva, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 1979 (CN), que "atribui ao Congresso Nacional competência para a concessão de funcionamento de emissoras de rádio e televisão, aditando inciso ao artigo 44".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. Senador Saldanha Derzi, Vice-Líder da Maioria, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 14, de 1979-CN, que concede anistia, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 78, de 1979-CN, da Comissão Mista, favorável nos termos de substitutivo que oferece.

Ao projeto foram apresentadas 306 emendas.

A Comissão Mista, em seu Parecer nº 78, de 1979, concluiu pela apresentação de substitutivo, onde acolheu as Emendas aprovadas integral ou parcialmente.

Em discussão o projeto, o substitutivo e as emendas.

A Presidência gostaria de fazer uma advertência aos oradores, muito a contragosto aliás, porque, sendo liberal, e dado o avultado número de oradores, terá de cumprir o Regimento. Cada orador disporá de 20 minutos improrrogáveis.

Com a palavra o Sr. Deputado Adhemar Santillo.

O SR. ADHEMAR SANTILLO (MDB — GO. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos iniciando, neste instante, a fase decisiva do projeto que visa a conceder anistia àqueles que foram e que são opositores do regime instalado no País no dia 1º de abril de 1964. A Nação inteira reivindica anistia ampla, geral e irrestrita. Já não há mais dúvida neste sentido. Contudo, o Governo insiste na apresentação e na aprovação do seu projeto, que não é de anistia. Anistia significa esquecimento, deve significar o final de um período negro da História brasileira, para se colocar uma pá de cal em cima de tudo aquilo que aconteceu e para que os punidos possam reintegrar-se na sociedade brasileira, pacificando, assim, a nossa família. Mas o que o Governo quer é conceder perdão. O Governo, com este projeto, tem dois objetivos fundamentais: ou quer humilhar os que serão atingidos pelo seu projeto de anistia — que não é anistia, mas, sim, perdão, porque alguns serão beneficiados enquanto a grande maioria não o será — com isso colocando mal perante a sociedade aqueles que receberiam a graça dos detentores do poder; ou, caso contrário, este Governo, que vem apostando na democracia e na redemocratização do País, quer, antes da abertura e da redemocratização, encontrar o argumento ou, pelo menos, fomentar uma crise capaz de nos levar a um fechamento total.

Sabe perfeitamente o Chefe da Nação que a sociedade brasileira não aceita o que está aí, não concorda com o projeto apresentado pelo Governo. E é lógico que a aprovação do projeto, nestas condições, não vai tirar o ânimo do povo de continuar a luta. Poderá o Governo, fechando os canais de comunicação, tolhendo a esperança e a expectativa do povo, fomentar uma crise, inclusive uma revolta mais drástica que outras do passado e, com isso, encontrar o motivo suficiente para o fechamento do regime.

O Governo não quer a pacificação da família brasileira, o Governo não quer realmente conceder anistia ampla, geral e irrestrita. O que o Governo quer é dividir a Oposição nacional, o que o Governo quer é se reciclar no poder, para manter o modelo econômico injusto e desumano implantado no País a partir de 1964.

Quer o sistema, na verdade, encontrar a fórmula capaz de entregar o que nos resta da economia nacional. A imprensa de hoje noticia que importantes empresas estatais já estão sendo colocadas à venda, e não para empresas nacionais, e não para empresas de capital brasileiro, mas, sim, ao capital multinacional, entregando o que nos resta.

O que o Governo quer é um perdão, uma graça a um punhado de brasileiros, para tentar enfraquecer a luta oposicionista e, com isso, facilitar a entrega do que nos resta às empresas estrangeiras, através desse modelo econômico implantado no País a partir de 1964.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ponto polêmico da questão é o que se refere aos chamados terroristas, assim denominados por aqueles que são detentores do poder. Sabe perfeitamente o Governo — como toda a sociedade brasileira já está consciente disso — que aqueles que pegaram em armas não são terroristas, mas fazem parte de uma facção de oposicionistas que formaram a Frente de Libertação Nacional; e pegaram em armas para derrubar a ditadura que vem infelicitando esta Nação a partir de 1964. O Governo sabe disso. Não são terroristas, são elementos patriotas, jovens ainda, muitos deles sem ter completado 18 anos, que foram para o caminho da luta armada como única opção encontrada naquele instante para se opor à ditadura, à violência, à opressão e à repressão instaladas no País com o golpe militar de abril de 1964.

Sr. Presidente, esta tomada de posição governamental é realmente inconsequente, porque, através dos órgãos de comunicação de massa, notadamente a televisão, o Governo tem procurado insinuar na mentalidade do povo uma comparação entre os nossos jovens, que foram tolhidos na sua participação política, que não puderam organizar-se através das agremiações partidárias, que não puderam organizar-se através das entidades estudantis, que não puderam organizar-se através dos sindicatos, traçando um paralelo entre a luta dos nossos moços e os chamados terroristas dos países da Europa. E por que isso, Sr. Presidente? Para tentar jogar na opinião pública toda a ira contra aqueles que pegaram em armas num determinado instante da nossa luta política para tentar derrubar a ditadura. Mas sabe o sistema que não há qualquer vinculação entre nossos jovens brasileiros e aqueles que lutam armados nos países da Europa, principalmente na Itália. Enquanto lá a sociedade pode organizar-se, os jovens podem estruturar-se através de qualquer agremiação partidária, os sindicatos são livres, os partidos agem livremente, aqui não; aqui tolheu-se toda essa liberdade, e não tiveram os jovens outro caminho a não ser pegar em armas. Muitos assim agiram para derrubar o Governo, e outros, que não tiveram essa disposição, embrenharam-se pelo caminho do tóxico e de todo tipo de vício. Com isso, temos hoje em nosso País uma juventude, em grande parte já viciada, inclusive em função da falta de oportunidade para que pudessem participar. O Governo é responsável por isso. Não se pode fazer a comparação entre os terroristas que agem nos países civilizados e democráticos do mundo, com aqueles que pegaram em armas aqui. O Governo sabe disso, mas usa o meio de comunicação de massa para tentar impor ao povo uma visão diferente. Entretanto, quando o Governo tem interesse em dar uma visão diversa dos fatos, acontece o que ocorreu recentemente na Nicarágua. Lá, havendo por parte do Governo e, principalmente, das nações imperialistas do mundo a necessidade de dar uma feição toda simpática à luta dos sandinistas, o que houve? As imagens da televisão chegaram a todos os países mostrando, de um lado, a ditadura sanguinária de Somoza e, de outro, a luta pela libertação nacional dos sandinistas. Lá, conseguiram impor na mentalidade pública que a luta dos sandinistas era legítima, verdadeira, realmente uma causa simpática e que se opunha ao Ditador. Mas não fazem isso, quando o Governo sabe que a luta daqueles que pegaram em armas no Brasil nada mais foi do que a mesma da Nicarágua, através dos sandinistas.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no meu modesto Estado de Goiás, não houve um ato terrorista sequer, existiu um atentado a qualquer agente da segurança ou à propriedade privada. No entanto, Paulo de Tarso Celestino da Silva, filho do ex-Deputado Federal Celestino Filho, está desaparecido desde 1971 e o Comitê pela Anistia do Estado de Goiás reclama pelo menos o local onde se encontra seu corpo ou uma informação exata do seu paradeiro.

Honestino Monteiro Guimarães também está desaparecido desde 1973. A última informação que temos dele foi dada pelo Líder da ARENA no Senado Federal, Senador Jarbas Passarinho, que, falando a um comitê de estudantes, recentemente, nesta Casa, disse que a última notícia que teve de Honestino Monteiro Guimarães foi de uma discussão que ele teve com o Reitor

da UnB, o Capitão Azevedo. Pois bem, Sr. Presidente, bastou discutir com o Reitor da UnB para que Honestino desaparecesse e, até hoje, não se soube de seu paradeiro.

Ismael da Silva foi outro que desapareceu no cárcere da ditadura, morto no 42º BI, em Goiânia, no dia 9 de agosto de 1972.

Outro desaparecido em nosso Estado foi Marco Antônio Dias Batista, desde 1970; até hoje ninguém sabe do seu paradeiro.

Mais ainda, Sr. Presidente: o Deputado Estadual José Porfirio, líder dos posseiros no Médio-Norte goiano, eleito com votação extraordinária no pleito de 1962 para Deputado Estadual, teve seu mandato cassado, seus direitos políticos suspensos. Foi ele preso em 1974, conduzido para Brasília, desaparecendo de dependências do Exército. Hoje, lamentavelmente, ninguém fala em José Porfirio. Por quê? Porque nem seus familiares, que são humildes posseiros, espezinhados por todos, não têm sequer a coragem e a condição para se locomoverem da roça até a cidade a fim de reclamar o paradeiro do chefe da família.

Quero, portanto, neste instante, fazer aqui a denúncia do desaparecimento do líder dos posseiros do Estado de Goiás, ex-Deputado José Porfirio. E por que esta luta, esta ganância, esta ferocidade contra um homem humilde, semi-analfabeto, que lutava para que cada um de seus companheiros tivesse um pedacinho de terra para plantar os gêneros alimentícios necessários à própria sobrevivência? Por que acontece uma coisa dessas com um homem humilde, que apenas queria defender o verdadeiro dono da terra? Isto ocorre porque as autoridades deste País ou participam das grilagens — grilagens oficiais — ou são coniventes, ou fazem vista grossa diante daquilo que ocorre. Enquanto José Porfirio morre nos cárceres da ditadura, porque queria um pedaço de terra para cada um dos posseiros, donos da terra, assistimos, estarcidos, ao Governador "biônico" de Goiás, que lá não chegou pelo voto do povo, ser denunciado por ter grilado, em cinco dias — e já diplomado Governador — sete mil alqueires de terra, com a participação do órgão oficial IDAGO, Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás. Ary Valadão é acusado — e aqui estão documentos para comprovar — de haver grilado sete mil alqueires de terra em apenas seis dias. Este é o homem que governa Goiás, enquanto o outro, que queria uma porção de terra de apenas 10, 20 ou 50 hectares para o dono da terra produzir e manter a sua família, é morto depois de torturado e seviado.

Por isso, Sr. Presidente, não concordamos com esta anistia. Se terrorismo houve, nesta Pátria, não foi feito por aqueles que pegaram em armas para derrubar a ditadura. O terrorismo instalou-se no País, através dos órgãos de repressão, a partir de abril de 1964. O verdadeiro terrorismo é o daqueles que mataram impunemente, que torturaram, que sevieram e fizeram pessoas desaparecer e não deram às suas famílias sequer o direito de saber o paradeiro do corpo. Estes são e foram os verdadeiros terroristas oficiais, homens que usaram a arma, a violência, a covardia para submeter ao seu capricho uma população indefesa, homens que mataram através das organizações policiais, do chamado "Esquadrão da Morte" e que, antes de serem punidos, foram até distinguidos com títulos e medalhas, como aconteceu com o já falecido Delegado Sérgio Fleury, de São Paulo.

Por isso, Sr. Presidente, estamos aqui para reivindicar, em nome da Nação, a anistia ampla, geral e irrestrita, para a pacificação da família brasileira.

Nada mais do que isso é o que queremos. Não podemos concordar com o Projeto do Governo, porque ele é altamente discriminatório, não leva a nada, apenas visa a conturbar a sociedade brasileira. A democracia está na dependência de um só homem. E digo isto, porque o General Figueiredo, apesar de falar em democracia, sempre usa a primeira pessoa do singular: eu vou fazer, eu não faço, eu quero, eu não quero. Se ele é realmente o comandante dessa democracia, não tem o direito de propor uma anistia como essa apresentada pelo Governo, cuja aprovação, ao invés de pacificar a família brasileira, servirá exclusivamente para acirrar os ânimos e criar focos de resistência que trarão consequências imprevisíveis. Por isso estamos aqui discutindo ampla e abertamente. Sei que cada parlamentar do MDB e da Aliança Renovadora Nacional tem um compromisso com a Pátria. Este é o nosso compromisso maior: com a soberania desta Casa e, acima de tudo, da busca da redemocratização do País. Esta é a grande oportunidade para que possamos realmente pacificar a família brasileira. Não posso crer que uma tomada de posição favorável à aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita possa representar um retrocesso político, porque, se isso ocorrer, está mais do que caracterizado que o Governo não quer a anistia ampla, geral e irrestrita, nem a redemocratização do País.

Se o Governo está empenhado na redemocratização do País, aceitará democraticamente, a decisão do Congresso. Se tal não ocorrer, Sr. Presidente,

Agosto de 1979

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Quarta-feira 22 1619

será preferível que a gente pague, agora, ao enfrentar, através de uma anistia parcial, de um perdão, de uma graça que será concedida com a participação do Congresso, o pretexto amanhã para o fechamento do Congresso Nacional. E agora a oportunidade para que este Congresso vote soberanamente a favor da anistia ampla, geral e irrestrita, crendo no propósito democratizante do Presidente da República. Se este não é o seu propósito, então, é hora de jogarmos a máscara no chão, aprovando o projeto integral, deixando as consequências nas mãos daqueles que estão aí para dizer se se abre ou se se fecha o regime.

O Sr. Siqueira Campos — Deputado Adhemar Santillo, não é propriamente sobre o problema anistia que venho apartear V. Ex^o, mas para dar o meu testemunho do engano a que V. Ex^o é levado por informações não muito corretas, que fazem com que V. Ex^o afirme dessa tribuna, com a responsabilidade de um Deputado brilhante, conceituadíssimo, não só no nosso Estado, como em todo o País, que o nosso Governador Ary Valadão teria em seis dias feito grilagem de terras de 7 mil alqueires. Deputado Adhemar Santillo, não é correta a afirmação, como já declarei, simplesmente porque não existe grilagem feita pelo Governador Ary Valadão, como não existe grilagem feita pelo ex-Deputado Estadual Wilton Cerqueira, como não existe grilagem feita por inúmeros membros do seu partido, inclusive pelo ex-Governador Mauro Borges Teixeira. V. Ex^o não poderá afirmar, de maneira alguma, que terras requeridas ao Estado há 3 anos — não 6 dias — não o foram em processos legítimos e normais, deferidos pelos que, através de V. Ex^o e do Líder do seu partido na Assembléia Legislativa do Estado, denunciam o Governador Ary Valadão, porque esses elementos, que constituem a extrema direita no nosso Estado, buscam, através de uma aliança com a esquerda, fazer exatamente aquilo que constitui o seu objetivo básico, que é desmoralizar o Governo de Goiás democrático, altamente honesto, altamente competente e altamente voltado para os interesses do povo. Tenho documentos à mão, os quais coloco à disposição de V. Ex^o, para mostrar que há 3 anos o Governador Ary Valadão requereu um pedaço de terra — não 7 mil alqueires — no Município de Itacajá, mas requereu já comprando posses legítimas, requereu num processo regular, e uma área muito pequena. Agora, pessoas que assinam Valadão, há 3 anos também requereram terras em diversos pontos do Estado, como requereram pessoas que têm outros sobrenomes, pessoas, inclusive, da Oposição, terras que, depois de vistoriadas, depois de vistos os documentos de cessão de posses legítimas e corretas, sem ferir direitos de ninguém, obtiveram os títulos na administração passada. Saiba V. Ex^o que estou à disposição de V. Ex^o e do País para comprovar o que afirmo, lamentando o engano a que V. Ex^o foi levado.

O SR. ADHEMAR SANTILLO — Sr. Presidente, não gostaria de entrar neste assunto, porque inclusive me estou preparando para debatê-lo. Apenas trouxe o problema da grilagem de terras para mostrar a diferença que há entre um posseiro e um grileiro. O tratamento que se dá a um posseiro é a morte; ao grileiro, o Governo de Goiás. Tenho toda a documentação aqui. Os requerimentos deram entrada no IDAGO no dia 1º de novembro, para 7 mil alqueires. É bem verdade que não há o nome do Sr. Ary Valadão, mas há do cunhado, do sobrinho, do genro do Sr. Ary Valadão. Sr. Presidente, são 7 mil alqueires de terras griladas. Ary Valadão já era diplomado Governador de Goiás, e, em seis dias, esses processos lá tramitaram. Por isso quero dizer que, infelizmente, o modelo que aí está é de defesa dos corruptos, de defesa daqueles que se põem ao lado dos testas-de-ferro das multinacionais, de defesa das injustiças contra o povo. Não é este o sistema que queremos.

O que desejamos, Sr. Presidente, é que a anistia seja ampla, geral e irrestrita, para a pacificação da família brasileira e, acima de tudo, colocar um ponto final nas injustiças, principalmente quando os poderosos praticam todos os atos de corrupção e são guindados aos postos mais importantes, enquanto os humildes não têm o direito, sequer, de lutar pela sua classe sofrida espezinhada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tem a palavra o Deputado João Gilberto.

O SR. JOÃO GILBERTO (MDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje não é o começo nem é o final da luta pela anistia neste País. Hoje é uma data que representa apenas uma etapa da luta

que começou há muito tempo e que ainda haverá de continuar até que verdadeiramente se obtenha neste País a anistia da pacificação, a anistia que só pode ser ampla, geral e irrestrita. Lembraria, no início da minha participação neste debate, que houve um tempo neste País em que muitas pessoas foram presas, perseguidas e até desaparecidas, porque lutavam pela anistia. Lembro que entre os anistiados existem aqueles que estão condenados por lutarem pela anistia. Lembro à Liderança do Partido que senta do lado de lá e que obedece as ordens do Governo, que, a este plenário, vinha, há apenas dois anos, documento apócrifo dizer que o MDB tinha recebido ordens do Partido Comunista para lutar pela anistia. Será que o General Figueiredo também recebeu a mesma ordem para conceder a meia anistia que hoje estamos votando neste Congresso?

Lembro-me como a Aliança Renovadora Nacional jogava-nos pedra, tirava das gavetas do Líder José Bonifácio documentos apócrifos e dizia que a luta pela anistia era a tese fundamental do Partido Comunista e que o MDB só assumia essa luta porque estava seguindo os ditames do referido partido. Pois bem, hoje, há muitos que desejam ser padrinhos e pais da anistia. Padrinhos e pais da anistia, neste País, são os homens que apanharam nas ruas por ela, são as bravas mulheres do Movimento Brasileiro pela Anistia e dos Centros Brasileiros da Anistia, são os operários, os estudantes, os políticos que não temeram enfrentar a repressão para preconizar a anistia de pacificação, a anistia de justiça que hoje pregamos e que amanhã ainda haveremos de pregar, porque o movimento não se esgota aqui, a luta não termina neste plenário nem neste episódio. Mas é preciso que se lembre, hoje, essa jornada histórica, porque existem alguns que, repetidamente, jogaram, neste plenário, uma catilinária radical ante a anistia e que agora querem apresentar-se à opinião pública como seus padrinhos, como seus mentores, como seus pais intelectuais. Repito a justiça histórica que deve ser feita neste momento: a anistia tem, sim, padrinhos e madrinhas neste País, a anistia é filha da luta popular, a anistia, mesmo a conta-gotas de hoje (Palmas), é filha de uma luta que custou sangue, que custou suor, que custou muitas lágrimas, que custou exílio, que custou cadeia e que custou bordoadas de cassetetes nas ruas deste País. É filha do movimento estudantil, dos movimentos populares, do movimento da Igreja, dos operários, dos políticos consequentes, mas não é nem filha, nem herdeira, nem afilhada daqueles que agora querem arrebatar-lá para distorcê-la, para concedê-la para metade.

Sr. Presidente, Sr. Parlamentares, na verdade, estamos diante de um Governo inteligente. Negar a inteligência do projeto governamental seria inconstitucional de nossa parte. O Governo sente que a sociedade nacional chegou aos limites máximos de sua capacidade de resistência. O Governo pressente que não mais são os setores da elite, classe média, que se mobilizam, mas que a mobilização pelo pão e pela liberdade, causada pela ausência de democracia e pela fome, atinge todos os estratos da sociedade nacional. Neste momento de crise econômica, de fracasso ridículo do projeto do milagre brasileiro, na euforia com que esta Nação esbanjou nas obras faraônicas e sem sentido, construindo estádios de futebol como se constrói uma casa do BNH, optando pela suntuosidade, querendo tomar assento entre os grandes, sem conferir se a maioria do seu povo não estava passando fome, o fracasso deste modelo, o fracasso deste milagre impõe ao Governo uma mudança de tática política. E o Governo, que é absolutamente incapaz de resolver os problemas econômicos do País, porque, ao assumir em 1964, prometeu fazer sem demagogia, e até hoje não as realizou, e até hoje apenas apertou o cinto das maiorias brasileiras, este Governo sente que só tem uma salvação: deslocar o olhar nacional prioritariamente para uma pseudo-abertura, para uma aparente abertura, para uma meia abertura, que dê condições à elite governamental, ao grupo do poder, de respirar um pouco, em meio à convulsão da situação econômica e social.

É por isso que aqui temos hoje o projeto da meia anistia. É por isso que temos ontem as reformas. É por isso que teremos amanhã alterações na política eleitoral e partidária: apenas porque é necessário despertar a atenção mais para esse lado político e menos para a gravidade, menos para a situação atraso no campo econômico e social, que permite à elite governante ter a aparência de boazinha, aquela aparência que a trilateral exige dos países satélites do capitalismo, a aparência de um capitalismo angelical, de um capitalismo soridente, de um capitalismo que oprime e explora, mas que, em compensação, não oprime, nem explora de cara rude, de cara fechada; oprime e explora de cara soridente e ainda é capaz de chorar pela desgraça dos oprimidos e dos explorados.

Sr. Presidente, o projeto de anistia e seu substitutivo, ao nosso ver, possuem dois pontos cruciais: o problema da luta armada e o problema dos funcionários públicos e trabalhadores. A questão da luta armada tem sido bastante ventilada nesta manhã. Há pouco, um orador que nos antecedeu citava